



GLACY+

**Global action on Cybercrime Extended
Action Globale sur la Cybercriminalité Elargie**

Versão de 07 abril 2022

Rede Internacional de Formadores Judiciais Nacionais

Série de workshops de formadores para formadores

novembro de 2021 - junho de 2022

Segundo seminário, 14 de Abril de 2022, online

**Com o apoio dos projetos CyberEast, CyberSouth,
GLACY+ e IPROCEEDS-2**

Conceito

Enquadramento e justificativa

Dada a dependência das sociedades no mundo inteiro com as tecnologias de informação e comunicação, grandes esforços são necessários para capacitar os juizes e procuradores com as habilidades necessárias para lidar com estes novos desafios, em particular por meio da formação e do *networking*. De acordo com um relatório do Conselho da Europa, “embora em muitos países as autoridades responsáveis pela aplicação da lei tenham conseguido fortalecer suas capacidades para investigar crimes cibernéticos e segurar provas eletrônicas, esse parece ter sido menos o caso para juizes e procuradores”. A experiência sugere que, na maioria dos casos, os juizes e procuradores encontram dificuldades em lidar com as novas realidades do mundo cibernético. Portanto, esforços especiais são necessários para permitir que os juizes e procuradores processem e julgem crimes cibernéticos e façam uso de provas eletrônicas por meio da formação, do *networking* e de especializações¹.

¹ “Cybercrime training for judges and prosecutors: a concept
<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016802fa3c3>

Funded
by the European Union
and the Council of Europe



EUROPEAN UNION

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE

Implemented
by the Council of Europe

Embora ações e medidas substanciais tenham sido tomadas ao nível regional e nacional para garantir o acesso à formações especializadas adequadas para os serviços judiciais e do Ministério Público, inclusive com o apoio de projetos de capacitação, ainda há um espaço significativo para melhorias nesta área.

O Conselho da Europa tem apoiado as autoridades judiciais para lidar com esta necessidade por meio de iniciativas globais de capacitação, oferecendo cursos de formação judiciária em cibercriminalidade e provas eletrônicas num grande número de países, formando grupos de juizes, magistrados e procuradores para se tornarem eles próprios formadores nestas questões, e trabalhando com instituições de formação para integrar módulos relevantes nos currículos regulares.

Durante a reunião plenária da Rede Internacional de Formadores Jurídicos Nacionais em Crimes Cibernéticos e Provas Eletrônicas ("a Rede") em 29 de janeiro de 2021 os membros participantes concordaram em utilizar os termos de referência da Rede ("TdRs"), também como as regras de funcionamento da Rede. O plano de ação de curto prazo para 2021, bem como o plano de trabalho também foram discutidos e acordados. O plano de ação de curto prazo para 2021 inclui uma série de workshops online de formadores para formadores ("workshops P2P") a ser realizada entre fevereiro e julho de 2021.

Na primeira Reunião de Coordenação do Comitê Gestor da Rede concluiu-se que, dado o sucesso da série inicial, esta continuará com outras 8 oficinas distribuídas entre novembro de 2021 e junho de 2022.

Os workshops P2P serão ministrados por membros da Rede que expressaram seu interesse em conceber e ministrar tais workshops, sobre temas propostos por membros da Rede. No total, 12 workshops no formato de 1h30 por sessão (1h de apresentações, 30 minutos de perguntas e respostas) foram confirmados e estão a ser organizados

A série de workshops é realizada no âmbito do Objetivo 3, Resultado 3.2.6 "Desenvolver ferramentas e reforçar as capacidades de networking para apoiar o envolvimento da comunidade internacional de formadores judiciais em matéria de crimes cibernéticos e provas eletrônicas" do projecto GLACY+.

Resultados esperados

Espera-se que a missão faça avançar a actividade da Rede e implemente o plano de ação através da organização de uma série de workshops de profissionais para profissionais, cujo objetivo é compartilhar ideias e conhecimento sobre tópicos específicos sobre crimes cibernéticos e provas eletrônicas.

O workshop de Abril terá como foco o tema de abuso de exploração sexual infantil online.

Os resultados esperados do seminário de Abril:

- Os participantes terão expandido os seus conhecimentos sobre as conexões entre crimes cibernéticos e abuso de exploração sexual infantil online.
- Os membros da Rede terão interagido com os seus pares e terão partilhado a sua experiência.

Mais informações sobre os workshops podem ser encontradas na [página Web](#) dedicada ao evento.

Participantes

O evento é aberto a integrantes das Redes, a delegados que participaram de reuniões anteriores da Rede e que já manifestaram interesse em fazer parte dela e a juizes, procuradores, promotores, representantes de instituições formadoras e demais entidades

envolvidas na formação judiciária nos países apoiados pelas iniciativas de reforço das capacidades em matéria de cibercrime do Conselho da Europa.

Detalhes administrativos e localização

Devido ao surto de pandemia e às restrições globais a viagens e reuniões físicas, o evento será realizado remotamente por meio de uma plataforma de videoconferência.

Interpretação

Haverá interpretação simultânea em inglês/francês/espanhol/português/árabe/ruso.

Agenda

14 de abril de 2022

HORA (UTC)	Processos judiciais sobre abuso de exploração sexual infantil online
11h00	Palavras introdutórias <ul style="list-style-type: none">• <i>Conselho da Europa</i>
11h10	Investigação e Acusação da crimes cibernéticos e abuso de exploração sexual infantil online em Tonga <ul style="list-style-type: none">• <i>Tupou K. Vainikolo, Procuradoria Geral, Governo do Reino de Tonga e Selosia Satini, Inspetora-Chefe de Polícia, Unidade de Crime Transnacional Grave e Organizada da Polícia de Tonga</i>
11h40	Investigando abuso sexual infantil online no Brasil <ul style="list-style-type: none">• <i>Fernanda Teixeira Souza Domingos, Procurador da República em São Paulo, Brasil.</i>
12h00	A Proteção de Menores Contra a Pornografia Cibernética na Lei da Tunísia <ul style="list-style-type: none">• <i>Mongi Boulares, Procurador da República da Tunísia no Tribunal de Primeira Instância de Manouba, Tunísia</i>
12h20	Abuso cibernético e exploração sexual de menores, República Dominicana <ul style="list-style-type: none">• <i>Esther Agelan, Representante Nacional da Escola Judiciária, República Dominicana</i>
12h40	Perguntas & Respostas
13h30	Fim do evento

Contatos

No Conselho da Europa:

Catalina STROE
Coordenadora de Projeto
Gabinete do Programa de luta contra
o cibercrime do Conselho da Europa (C-PROC)
Bucareste, Roménia
Catalina.STROE@coe.int

